

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE  
DO TURISMO NACIONAL  
DESTINOS INDUTORES  
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

MACAPÁ

2013



## APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE .....	4
2. RESULTADOS .....	6
2.1. Índice geral .....	6
2.2. Infraestrutura geral .....	9
2.3. Acesso .....	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos .....	12
2.5. Atrativos turísticos .....	14
2.6. Marketing e promoção do destino .....	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	20
2.9. Monitoramento .....	21
2.10. Economia local .....	23
2.11. Capacidade empresarial.....	25
2.12. Aspectos sociais .....	26
2.13. Aspectos ambientais.....	28
2.14. Aspectos culturais.....	29
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE .....	32

## 1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o **Ministério do Turismo (MTur)**, o **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)** e a **Fundação Getulio Vargas (FGV)** consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100<sup>1</sup>:

**Nível 1:** intervalo entre 0 e 20;

**Nível 2:** intervalo entre 21 e 40;

**Nível 3:** intervalo entre 41 e 60;

**Nível 4:** intervalo entre 61 e 80;

---

<sup>1</sup> Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

**Nível 5:** destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

## 2. RESULTADOS

A pesquisa em Macapá foi realizada entre os dias 22 a 27 de julho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

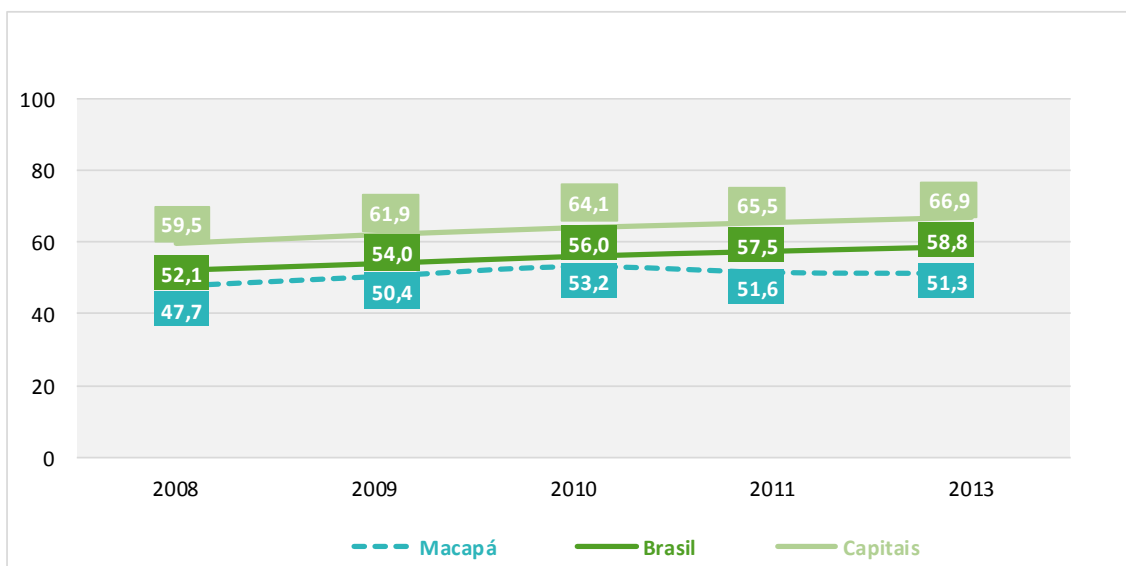
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

### 2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 51,3 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou estável em relação ao índice obtido em 2011 (51,6):

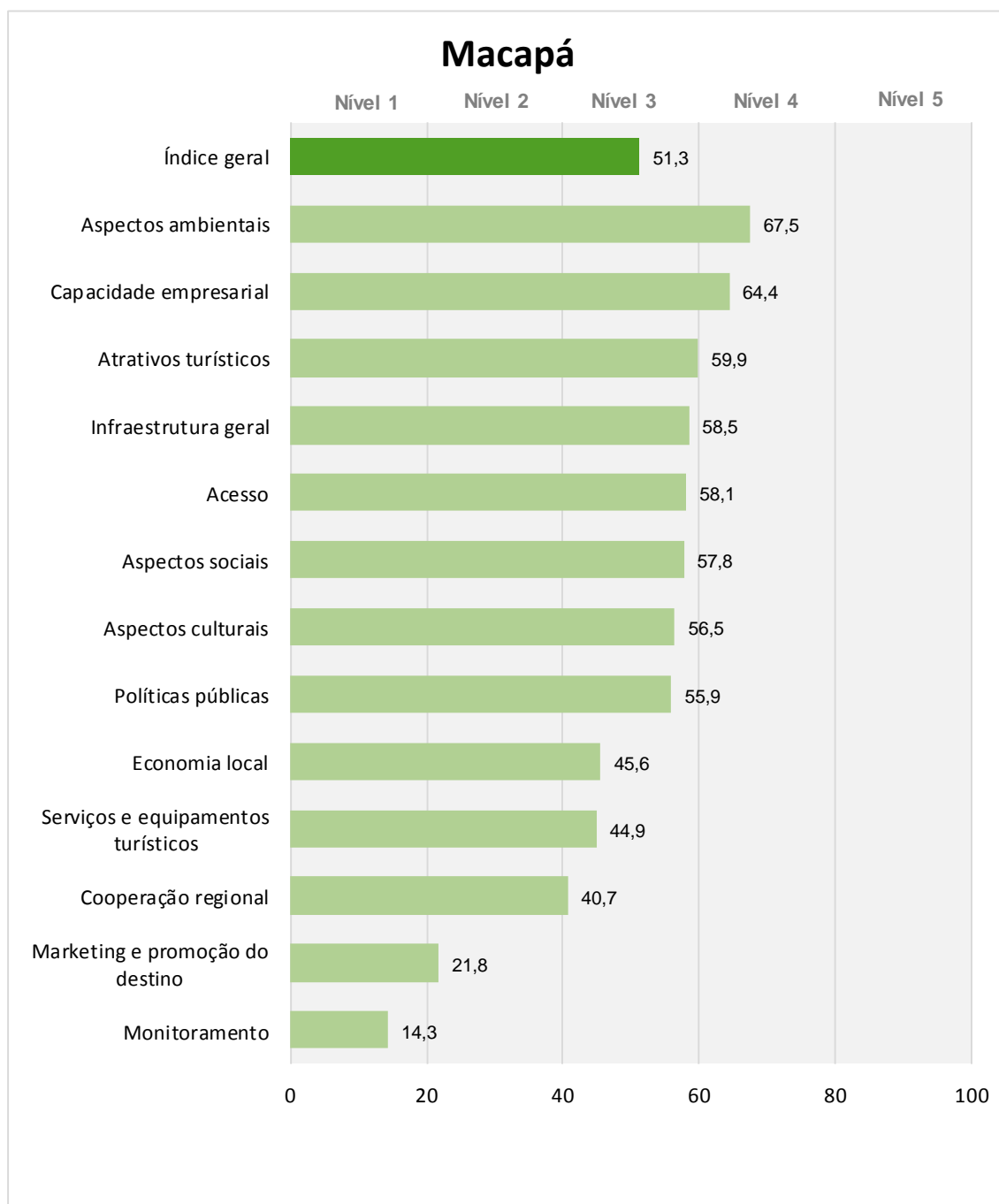
**Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013**



O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino não seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos ambientais e Capacidade empresarial, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Marketing e promoção do destino e Monitoramento, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

**Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho**



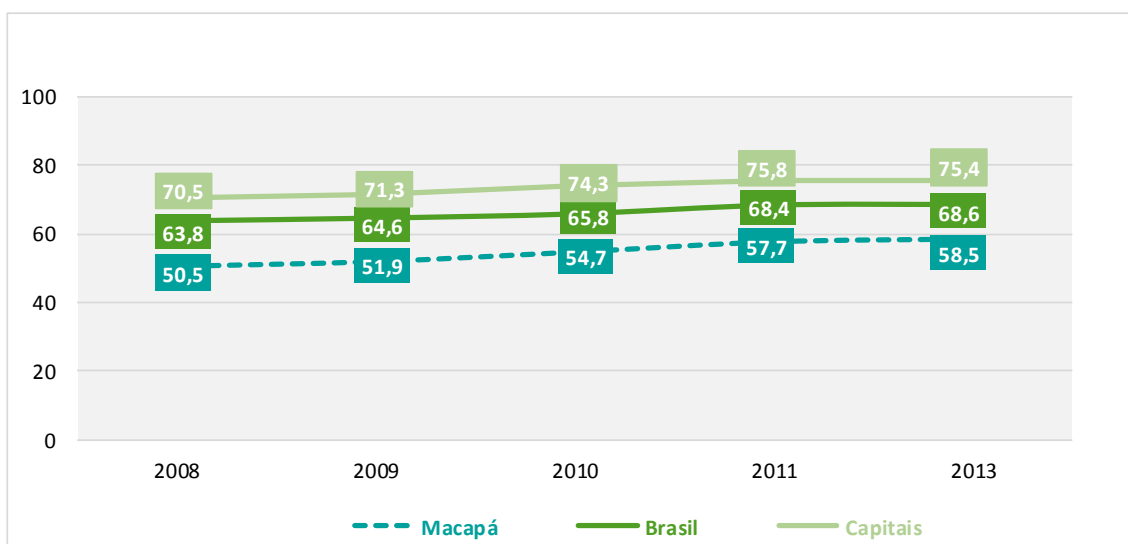


## 2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Macapá registrou 58,5 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice estável em relação ao obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, estrutura para pequenas cirurgias e cirurgias de emergência, setor de transfusão e laboratório de análise;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana; e

- Disponibilidade de abrigos de ônibus, iluminação e telefones públicos no entorno das áreas turísticas, ainda que seu estado de conservação necessite de melhorias.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Fornecimento descontínuo de energia elétrica, em qualquer época do ano – respondentes alegaram ser um problema diário no destino, independente de alta ou baixa temporada, mas que se torna mais intenso no período de chuvas;
- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil; e
- Limpeza e conservação urbana inevidentes, tendo em vista o acúmulo de lixo e de entulho nas ruas, calçadas quebradas ou fora de padrão, empoçamentos de água (e até de esgoto em alguns locais), mobiliário danificado, terrenos baldios ou praças cobertos pelo mato.

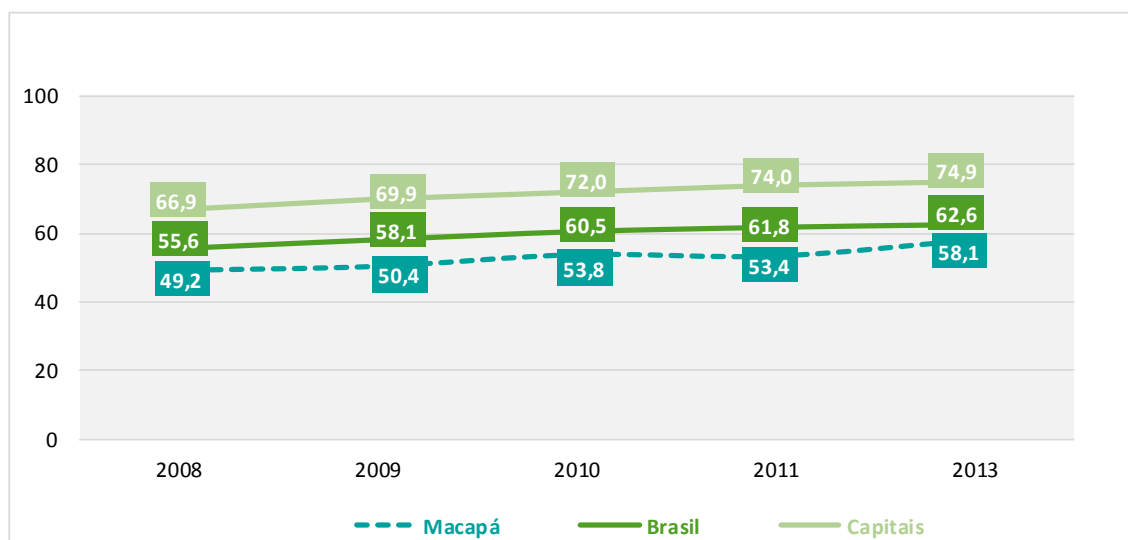
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

### 2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em Acesso, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 58,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal - Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre, que conta com a presença de locadoras de veículos, serviços bancários, sanitários limpos e conservados,, pavimentação da pista, iluminação para pouso e decolagem, facilidades para pessoas com deficiência e sinalização interna em idioma estrangeiro;
- Existência de um terminal rodoviário no destino;
- Terminal aquaviário que atende ao município;
- Ausência de congestionamentos no destino; e
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Alguns dos serviços oferecidos no terminal aeroportuário do destino poderiam ser melhorados, conforme constatado em visita técnica, tais como: lojas, restaurantes e lanchonetes, táxi e itens de conforto (assentos, limpeza, iluminação), além da ausência de um Centro de Atendimento ao Turista no local;

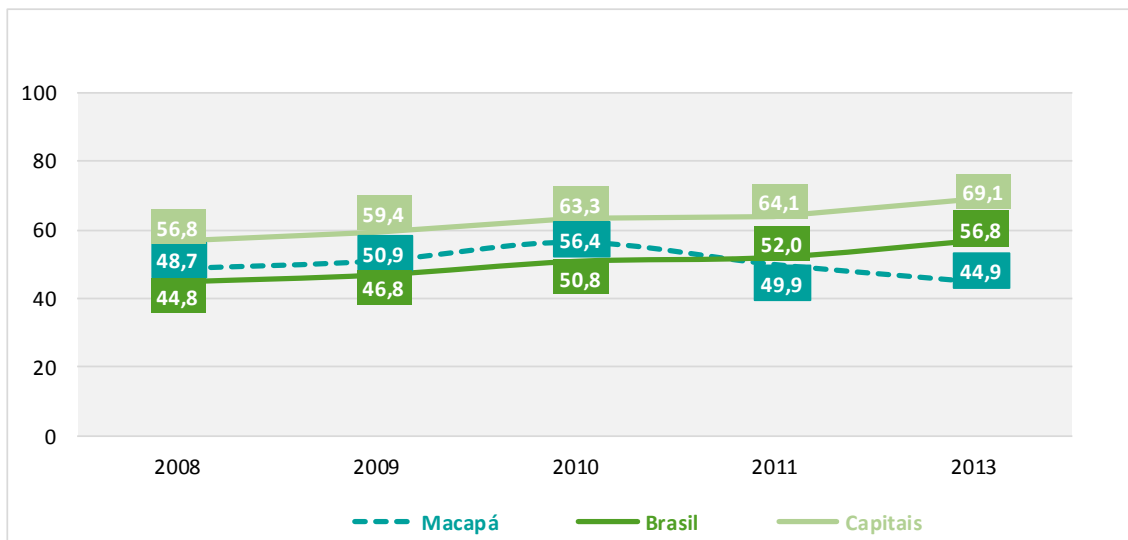
- Carência de transporte para os que embarcam ou desembarcam no terminal aeroportuário que atende ao destino;
- Alguns dos serviços oferecidos no terminal rodoviário do destino poderiam ser melhorados, conforme constatado em visita técnica, tais como: lojas, restaurantes e lanchonetes, táxi e itens de conforto (assentos, limpeza, iluminação), limpeza e conservação dos sanitários, iluminação das plataformas de embarque e desembarque, além da ausência de um Centro de Atendimento ao Turista e de facilidades para pessoas com deficiência no local;
- Carência de transportes públicos na rodoviária, que conta apenas com táxi e moto-táxi;
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas; e
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissivos de turistas nacionais e internacionais.

#### **2.4. Serviços e equipamentos turísticos**

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 44,9 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Oferta de alguns espaços para a realização de eventos – pavilhão de feiras, salas em hotéis para eventos de pequeno, médio e grande portes, auditórios do Sebrae e de faculdades locais;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur;
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres e técnicos nas áreas relacionadas ao turismo no município.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Cobertura e estado de conservação da sinalização turística viária – disponível em pequena parte do destino –, a qual não atende aos padrões internacionais recomendados e não oferece informações em idioma estrangeiro;
- Inexistência de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos;
- Inexistência de Centro de Atendimento ao Turista (CAT);

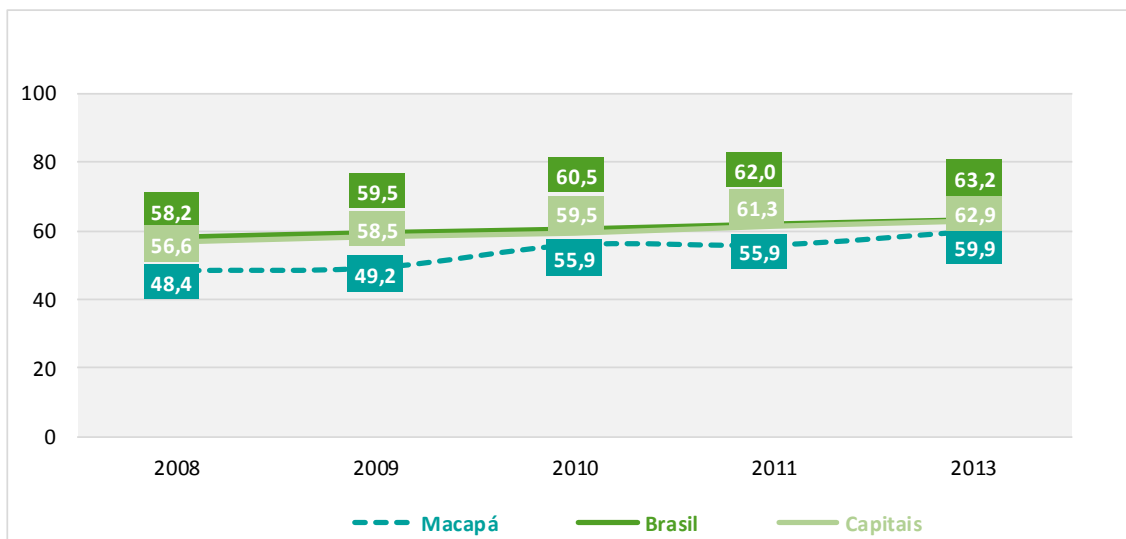
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem; e
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem.

## 2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 59,9 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 62,9 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Rio Amazonas, APA do Rio Curiaú e APA Fazendinha;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Rio Amazonas –, conforme observado em visita técnica;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, entre os quais foram indicados como principais: Fortaleza de São José de Macapá, Monumento do Marco Zero, Museu Sacaca;
- Evidência de conservação urbanística do entorno do principal atrativo cultural indicado;
- Adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo cultural;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Expofeira Agropecuária de Macapá, Carnaval de Macapá e Equinócio;
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para o Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá - Iepa, principal atrativo indicado nesta categoria; e
- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no Iepa.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- Estrutura disponível no principal atrativo natural carece de melhorias – não há estrutura de atendimento ao turista, com banheiros, locais para espera do embarque com conforto, serviço de alimentação adequado, loja de souvenir, entre outros elementos que poderiam melhorar o atendimento e a experiência do turista;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência no principal atrativo natural;
- O estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado não é aplicado;

- Estrutura de apoio aos visitantes do principal atrativo cultural indicado – além de investimento em banheiros e reformas no interior das casamatas (pra retirada de fungos e pintura), observa-se a necessidade de capinar o mato que cresce no alto das amuradas - e que, segundo relatos, abriga ninhos de pássaros que atacam os visitantes e até cobras –, investimento em estrutura para receber e controlar o fluxo de visitantes e melhoria na sinalização descritiva, que já se encontra apagada;
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural;
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado – necessidade de pintura e reparo em telhados, corte de vegetação e mato que dominam parte do terreno, melhoria/reforma na estrutura de banheiros (pequena para o tamanho do espaço) existentes; e
- Ausência de recursos que confirmam acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado.

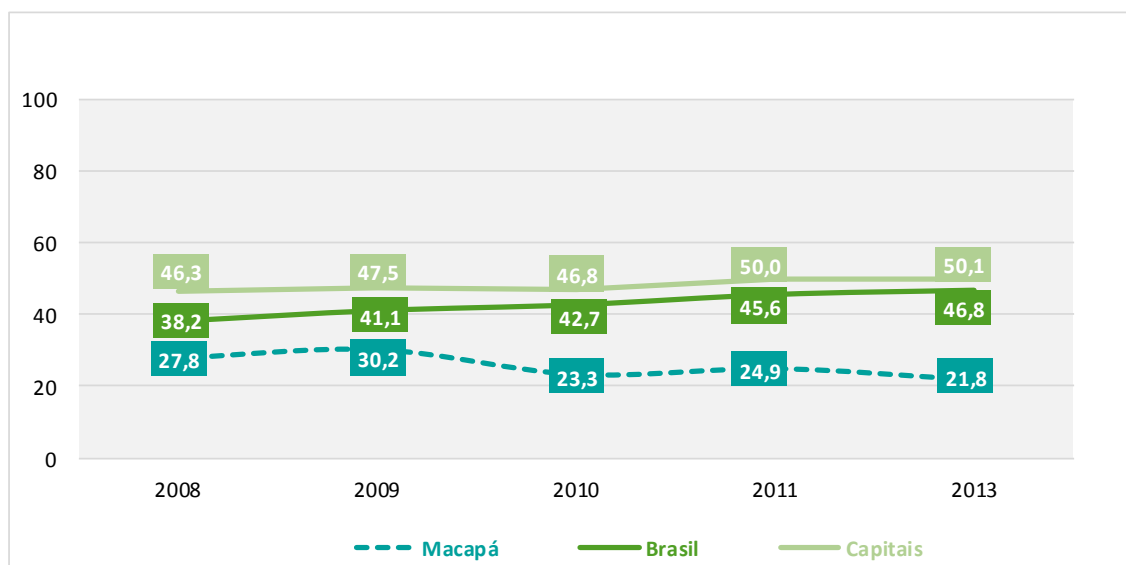
## 2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 21,8 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 7. Índices *Marketing* e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos; e
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não participação em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), ações que ajudariam a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional ou no mercado internacional;
- Resultados dos eventos dos quais a cidade participa não avaliados, o que poderia ser feito por meio de pesquisa nos próprios eventos, contagem de

visitantes recebidos nos estandes, bem como de negócios estabelecidos, entre outras ações;

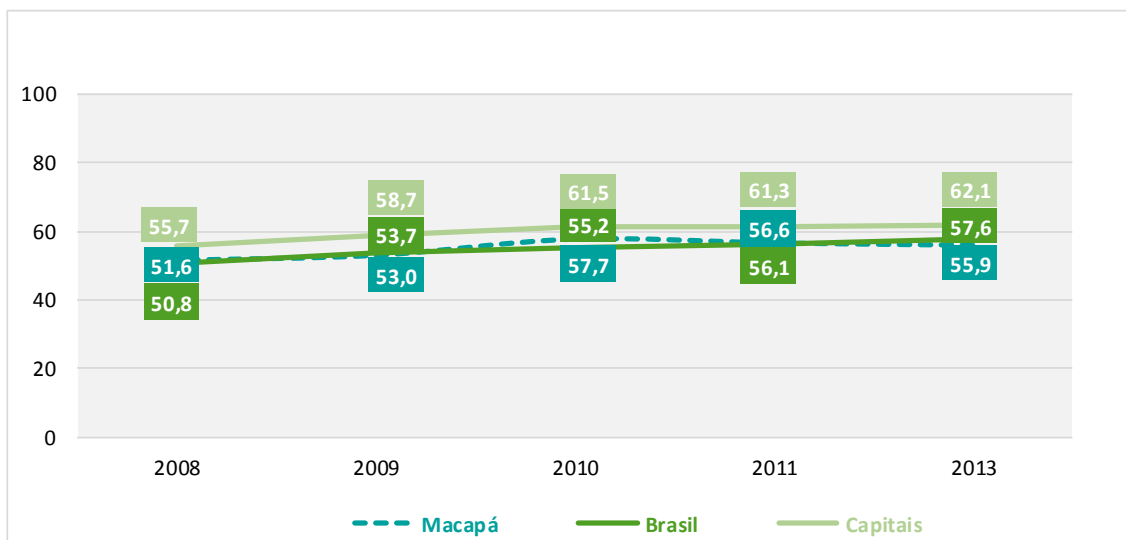
- O destino não promoveu evento próprio para divulgar seus atrativos e equipamentos fora de seu território nos últimos cinco anos;
- O material promocional do destino está desatualizado, não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Ausência de informações turísticas na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço [www.macapa.ap.gov.br](http://www.macapa.ap.gov.br); e
- Ausência de página promocional de turismo que forneça informações sobre o destino para o turista.

## 2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 55,9 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 62,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal - Instituto Municipal de Turismo de Macapá (Macapatur). - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo;
- A Macapatur desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias, como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em atividades relacionadas ao turismo;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior; e
- Existência de Plano Diretor Municipal, que contempla o setor de turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

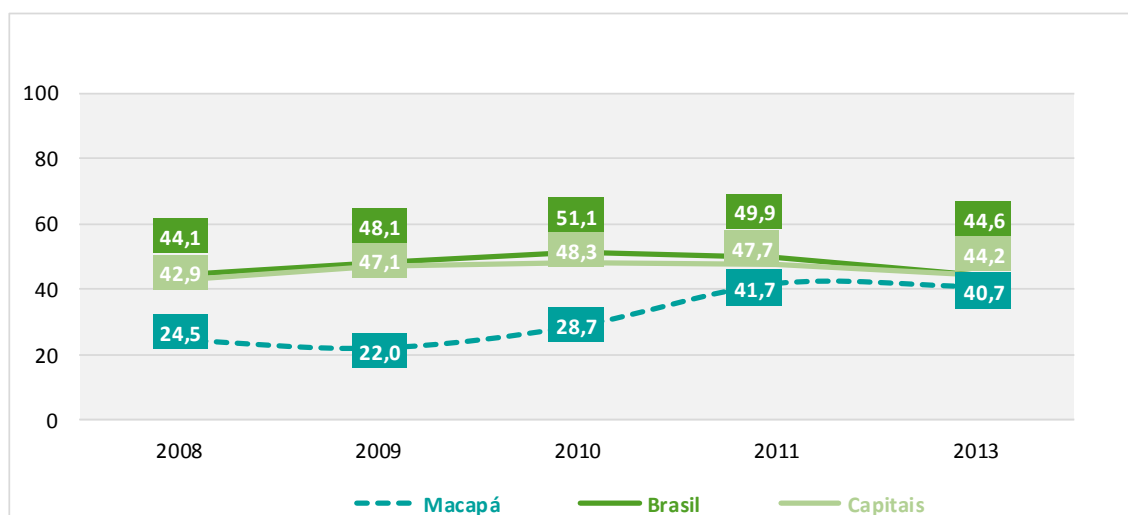
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Ausência de instância de governança local ativa – fórum ou conselho municipal de turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Macapá não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos; e
- Não foram desenvolvidos projetos relacionados ao turismo em conjunto com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas.

## 2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 40,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- Foram realizadas ações para mobilizar atores do segmento turístico do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior, durante as assembleias do Plano Plurianual, nas quais foram realizadas oficinas de mobilização com os distritos que integram a região turística;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região – PDITS;
- O destino integra roteiros regionais, elaborados com informações de inventário ou cadastro da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico; e
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização da região turística da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

- Ausência de instância de governança regional, responsável pela coordenação das ações de regionalização do turismo;
- Ausência de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos da região;
- Os roteiros regionais dos quais o destino faz parte não são amplamente comercializados por operadores ou agências em âmbito nacional;
- Não realização de ações promocionais em parceria com outros destinos da mesma região, tendo em vista que a região compreende apenas o destino; e
- Inexistência de página institucional da região turística na internet.

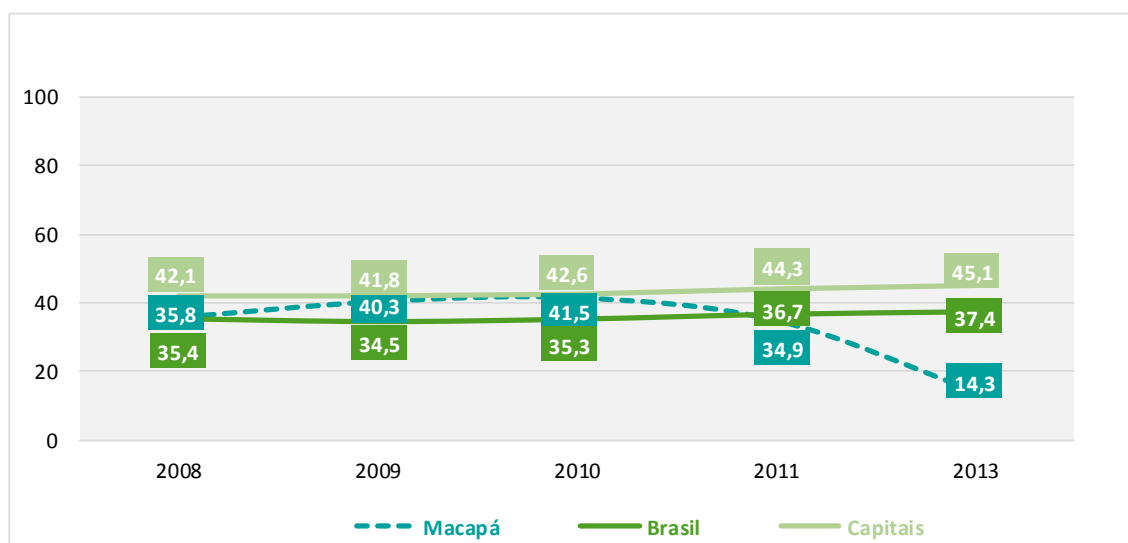
## 2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv)

medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 14,3 nessa dimensão em 2013 (nível 1), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Disponibilidade de um conjunto de estatísticas turísticas – A Setur estadual coleta e reúne estatísticas e dados da Infraero, ANTT, entre outros, que compõem um conjunto atualizado semestralmente;
- Acompanhamento contínuo dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Monitoramento periódico dos impactos econômicos gerados pelo turismo, feito pelo Instituto de Turismo em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que apura empregos, renda e arrecadação em eventos no destino.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

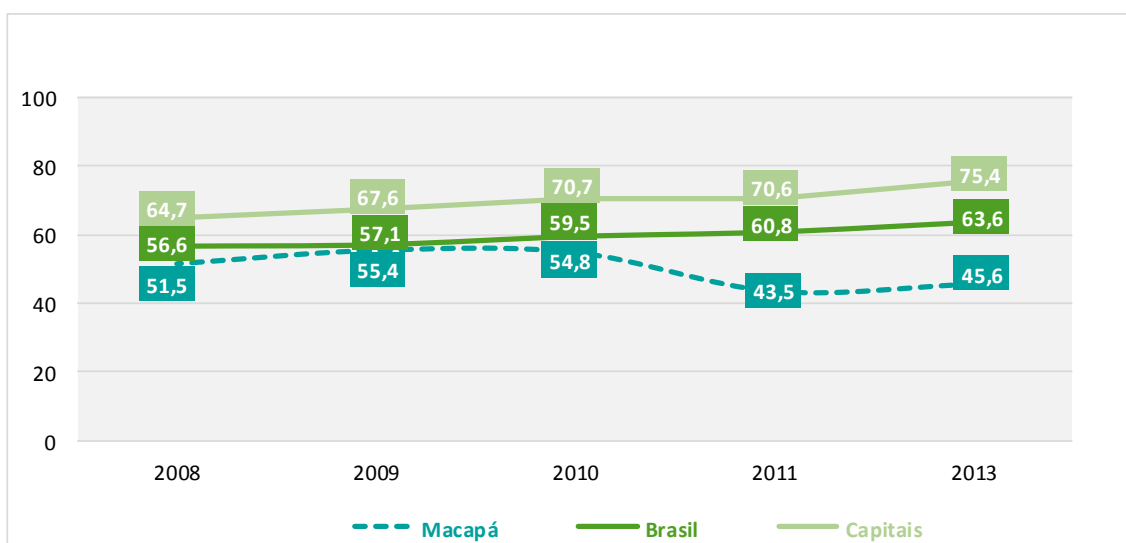
- Não realização de pesquisa de demanda periódica para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Inexistência de pesquisa de oferta turística atualizada, – Inventário ou Cadastramento – para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Ausência de relatórios de conjuntura turística;
- Não monitoramento dos impactos sociais e ambientais gerados pelo turismo; e
- A administração pública local não possui um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

## 2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 45,6 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, como Microempreendedor individual pelo Sebrae; e
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor – além de integrar a área beneficiada com recursos da SUDENE, o destino conta com linhas da Agência de Fomento do Amapá (AFAP).

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

- Indisponibilidade de acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Ausência de caixas eletrônicos de autoatendimento disponíveis 24 horas para saques com cartões de crédito internacionais;
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo;
- Inexistência de um *Convention & Visitors Bureau* do destino ou da região da qual o destino faz parte, instituição que poderia auxiliar o destino na captação de eventos, na promoção e divulgação dos atrativos e no planejamento turístico em curto, médio e longo prazo; e
- Inexistência de um polo de produção/negócios capaz de movimentar a economia local e, conseqüentemente, alavancar o fluxo turístico receptivo.

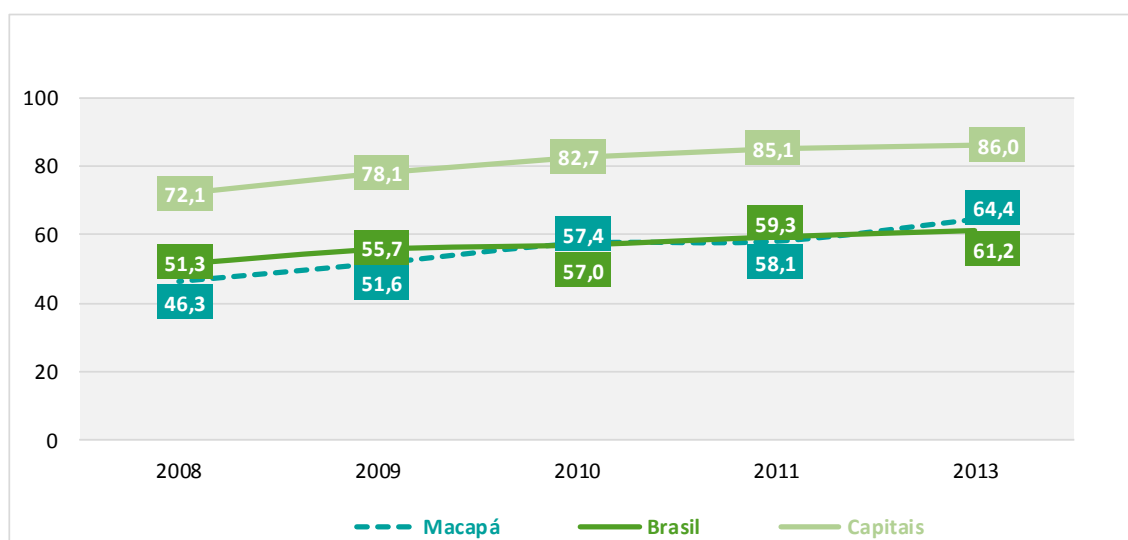


## 2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 64,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior, de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;

- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de supervisão e administração geral e financeira, operação técnica e básica em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo como arranjos produtivos locais; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias perecíveis - açai.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

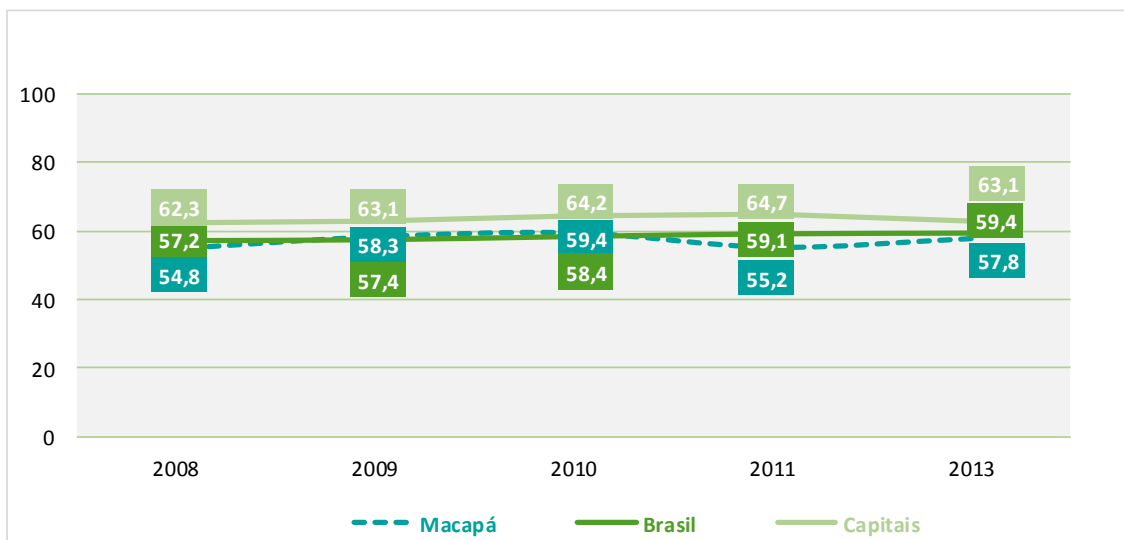
- Inexistência arranjos produtivos locais;
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados; e
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas: falta de regularização fundiária, infraestrutura de acesso, falta de pessoal capacitado no destino, ausência de incentivos fiscais e dificuldades para obtenção de licenciamento ambiental.

## 2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 57,8 (nível 3) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio da apresentação e debate de propostas em assembléias gerais, abertas à participação popular para a construção do novo Plano Plurianual;
- Envolvimento da comunidade local com a atividade turística por meio de associações representativas do *trade* e das associações de moradores dos distritos que integram a região turística de Macapá.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

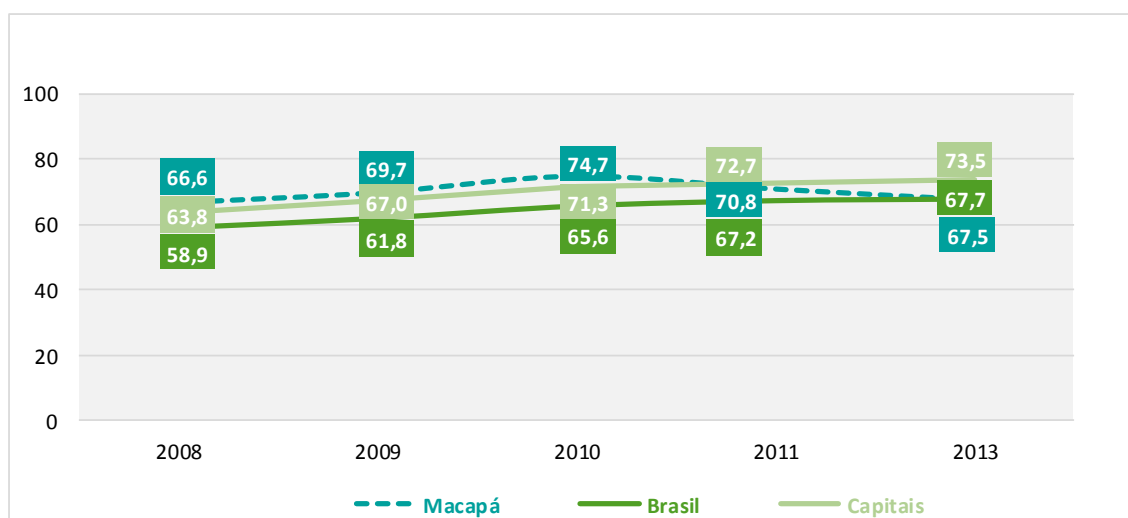
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Ausência de programa especificamente voltado ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes relacionada à atividade turística;
- Ausência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local; e
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local, à cultura e ao patrimônio.

### 2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 67,5 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente- Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Existência de um Código Ambiental Municipal;
- Rede pública de distribuição de água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – APA do Rio Curiaú –, com conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

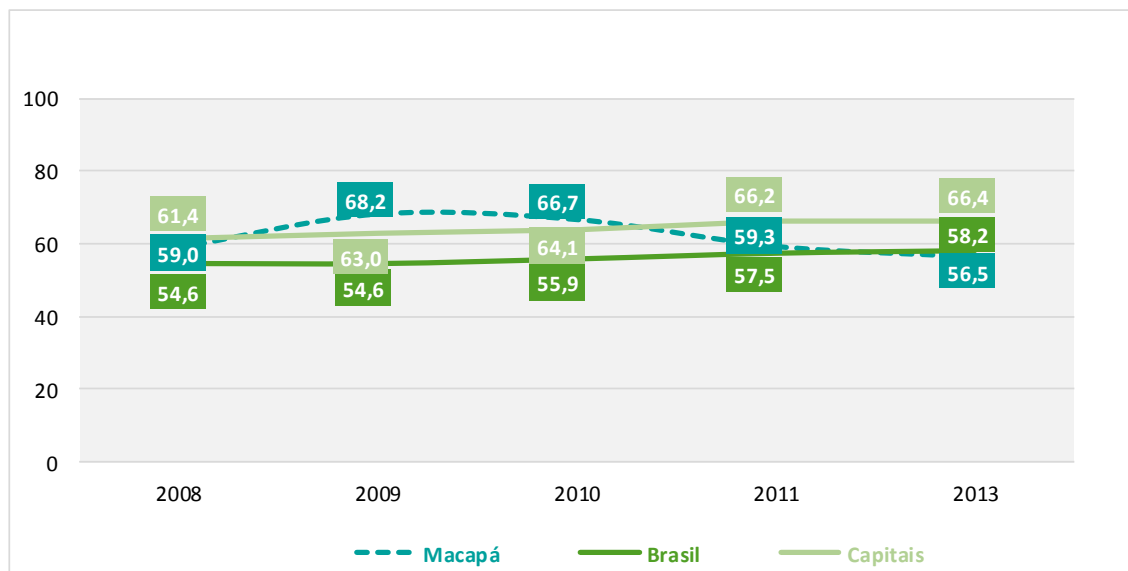
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Baixo índice de cobertura da rede pública de esgoto, que atende a apenas 3% da população, aproximadamente;
- O aterro para o qual os resíduos sólidos são destinados não possui capacidade suficiente para o total de resíduos gerados; e
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial.

## 2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 56,5 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – Louças do quilombo do Maruanum – reconhecidas em esfera local e regional, tradições culturais evidentes e típicas do seu território, entre elas, as tradições e modos de vida quilombola do Curiaú e do Maruanum (pesca e criação de búfalos artesanal), além das lendas de assombrações na Fortaleza de São José;
- Manifestações religiosas no destino – Festa de São José, Círio de Nazaré e grupos artísticos de manifestação popular tradicional: grupos de Marabaixo e de Batuque presentes no destino;
- Existência de patrimônio artístico e histórico tombado considerado atrativo turístico, tal como a Fortaleza de São José de Macapá;

- Existência de sítios arqueológicos tombados ou registrados, como o Sítio de urnas funerárias indígenas marajoaras na área da Universidade Federal do Amapá e o Sítio do quilombo de Curiaú;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura – Fundação Municipal de Cultura de Macapá; e
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de patrimônio imaterial registrado;
- Inexistência de política municipal de cultura que poderia, entre outros, prever a manutenção de calendário de manifestações culturais no destino;
- Ausência de legislação municipal de cultura;
- O fundo municipal de cultura não é efetivo;
- O destino não conta com projeto de implementação de turismo cultural; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

### 3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Macapá, é possível concluir que, em 2013, houve estabilidade do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.



**Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e capitais**

Dimensões	Brasil			Capitais			Macapá		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	64,1	65,5	66,9	53,2	51,6	51,3
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	74,3	75,8	75,4	54,7	57,7	58,5
Acesso	60,5	61,8	62,6	72,0	74,0	74,9	53,8	53,4	58,1
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	63,3	64,1	69,1	56,4	49,9	44,9
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	59,5	61,3	62,9	55,9	55,9	59,9
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	46,8	50,0	50,1	23,3	24,9	21,8
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	61,5	61,3	62,1	57,7	56,6	55,9
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	48,3	47,7	44,2	28,7	41,7	40,7
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	42,6	44,3	45,1	41,5	34,9	14,3
Economia local	59,5	60,8	63,6	70,7	70,6	75,4	54,8	43,5	45,6
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	82,7	85,1	86,0	57,4	58,1	64,4
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	64,2	64,7	63,1	59,4	55,2	57,8
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	71,3	72,7	73,5	74,7	70,8	67,5
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	64,1	66,2	66,4	66,7	59,3	56,5

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

\* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das “Não capitais” refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.